



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO JUSTIÇA E CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 4.721, DE 2023

Altera a redação da Lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973, que “estatui normas reguladoras do trabalho rural” para dispor sobre a “troca de dias”.

Autor: Deputado EMIDINHO MADEIRA

Relatora: Deputada CAROLINE DE TONI

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 4.721/2023, de autoria do Deputado Emidinho Madeira, propõe a alteração da redação da Lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973, a fim de estabelecer novas disposições acerca da “troca de dias” no âmbito do trabalho rural. O projeto tem por objetivo proporcionar maior flexibilidade na organização da jornada de trabalho dos trabalhadores rurais, sem comprometer a proteção dos direitos trabalhistas estabelecidos pela legislação vigente, em consonância com as necessidades específicas do setor.

A proposição justifica-se pelo intuito de modernizar e adequar a norma reguladora do trabalho rural às condições de mercado e às peculiaridades das atividades desenvolvidas no campo, promovendo um equilíbrio entre a segurança jurídica dos trabalhadores e a eficiência na condução das atividades agropecuárias.





A matéria tramita em regime ordinário e é conclusiva pelas comissões. A proposição foi recebida pela CCJC em 19 de agosto de 2024. Foi aberto o prazo para apresentação de emendas em 29/11/2024 que se encerrou em 10/12/2024. Não foram apresentadas emendas.

Para que o mérito da matéria seja analisado com a devida atenção, compete a esta Comissão examinar, preliminarmente, os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e a técnica legislativa do referido projeto.

É o relatório.

II - VOTO DA RELATORA

Do ponto de vista formal e material, o PL 4.721/2023 cumpre os requisitos estabelecidos pela Constituição Federal, na medida em que a proposição observa as disposições regimentais quanto à iniciativa legislativa e segue os trâmites legais de modificação de legislação ordinária, não incidindo em matéria de cláusulas pétreas ou em interferência em direitos fundamentais.

A alteração da Lei nº 5.889/1973, para dispor sobre a “troca de dias”, insere-se no âmbito da competência do legislador ordinário para disciplinar as relações de trabalho no campo. A medida visa ajustar o regramento à realidade do setor rural, sem que haja ofensa aos princípios constitucionais relativos à proteção do trabalho e dos direitos dos trabalhadores.

No que se refere à juridicidade, a modificação legislativa realizada não entra em conflito com normas de hierarquia superior, nem modifica dispositivos que garantam direitos fundamentais dos trabalhadores rurais, restringindo-se a ajustar aspectos procedimentais e operacionais quanto a “troca de dias”. Ademais, a proposta promove maior clareza e previsibilidade para as partes envolvidas na relação de trabalho rural, ao dispor de forma específica os





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete da Deputada Caroline De Toni – PL/SC

3

critérios para a flexibilização da jornada, favorecendo a segurança jurídica sem descuidar da proteção dos direitos do trabalhador.

Em relação à técnica legislativa a redação proposta permite identificar de maneira objetiva os dispositivos que serão alterados, bem como os critérios e condições para a implementação da “troca de dias” no trabalho rural. O texto do projeto demonstra relação lógica com o ordenamento jurídico vigente, integrando-se de forma harmoniosa à Lei nº 5.889/1973 sem gerar conflitos interpretativos. Por fim, a proposição cumpre os requisitos de técnica legislativa previstos na Lei Complementar nº 95/1998, de modo a assegurar sua adequada apreciação pelo Poder Legislativo.

Diante do exposto, voto pela constitucionalidade, juridicidade e adequada técnica legislativa, do PL 4.721/2023, que altera a redação da Lei nº 5.889/1973 para dispor sobre a “troca de dias” no trabalho rural.

É o voto.

Sala da Comissão, em de de 2025.

Deputada CAROLINE DE TONI
Relatora

Apresentação: 02/07/2025 13:48:07.893 - CCJC
PRL 1 CCJC => PL 4721/2023

PRL n.1



Câmara dos Deputados - Anexo III - Gabinete 772 - CEP 70160-900 - Brasília/DF
Tel: (61) 3215-5772 - dep.carolinedetoni@camara.leg.br

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD250337391700>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Caroline de Toni



* C D 2 5 0 3 3 7 3 9 1 7 0 0 *